



Isamara Grazielle Martins Coura

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Leôncio José Gomes Soares

Universidade Federal de Minas Gerais

A EDUCAÇÃO DE PESSOAS IDOSAS: REFLEXÕES SOBRE A TEMÁTICA ENQUANTO ÁREA DE CONHECIMENTO

LA EDUCACIÓN DE LAS PERSONAS MAYORES: REFLEXIONES SOBRE EL TEMA COMO ÁREA DE CONOCIMIENTO

RESUMO. O artigo em questão tem como objetivo discutir a educação de pessoas idosas a partir da noção de Educação ao Longo da vida, analisando este conceito e ainda refletir sobre como essa área vem sendo pensada e organizada enquanto área de conhecimento. O texto tem como base dados de uma pesquisa de doutorado realizada sobre a educação de pessoas acima de 60 anos, em um Centro de Referência da Pessoa Idosa de Minas Gerais. O estudo tem caráter qualitativo e contou com a pesquisa bibliográfica e análise de documental para a produção dos dados. A Educação ao Longo da Vida é um conceito que passou por algumas tensões ao longo dos anos, mas que se relaciona com a educação de idosos. No entanto, percebeu-se que tratar desse tema passa também por discutir qual o seu lugar enquanto área de conhecimento. O texto discute sobre a organização da Gerontologia enquanto campo de estudo e sua relação com a educação. Como resultados, percebeu-se que a discussão sobre o lugar da educação de idosos, em especial no Brasil, é um tema complexo, por ter ofertas em diversos espaços e as produções científicas estabelecerem diálogos com diferentes áreas do conhecimento. Há a necessidade de se estreitar os laços entre as áreas da Educação e da Gerontologia. Conclui-se ainda que é importante que novas pesquisas sejam realizadas sobre o campo de estudo

da educação de idosos e sobre as formas como essas atividades vêm acontecendo.

Palavras-chave: Educação ao Longo da Vida; Educação de pessoas idosas; Gerontologia.

RESUMEN. El artículo en cuestión tiene como objetivo discutir la educación de las personas mayores a partir de la noción de Educación a lo Largo de la Vida, analizando este concepto y también reflexionando sobre cómo esta área ha sido pensada y organizada como área de conocimiento. El texto se basa en datos de una investigación de doctorado realizada sobre la educación de personas mayores de 60 años, en un Centro de Referencia para la Persona Mayor en Minas Gerais. El estudio es cualitativo y se apoyó en la investigación bibliográfica y análisis de documentos para la producción de datos. La Educación a lo Largo de la Vida es un concepto que ha pasado por algunas tensiones a lo largo de los años, pero está relacionado con la educación de las personas mayores. Sin embargo, se percibió que tratar este tema también implica discutir su lugar como área de conocimiento. El texto discute la organización de la Gerontología como campo de estudio y su relación con la educación. Como resultado, se percibió que la discusión sobre el lugar de la educación de los ancianos, especialmente en Brasil, es un tema complejo, pues tiene ofertas en



Isamara Grazielle Martins Coura

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Leôncio José Gomes Soares

Universidade Federal de Minas Gerais

diferentes espacios y producciones científicas establecen diálogos con diferentes áreas del conocimiento. Existe la necesidad de fortalecer los lazos entre las áreas de Educación y Gerontología. También se concluye que es importante que se realicen nuevas investigaciones sobre el

campo de estudio de la educación para personas mayores y sobre las formas en que se han venido realizando estas actividades.

Palavras clave: Educación Permanente; Educación de Adultos Mayores; Gerontología.

Introdução

Com o aumento da expectativa de vida da população, as pessoas idosas têm buscado por atividades de diversos tipos, entre esses estão as práticas educativas. A educação vem tendo destaque para garantir uma melhoria na qualidade de vida dessa população, seja por lhes oportunizar acesso a novos conhecimentos ou por melhorar algumas das suas condições de saúde mental e física.

A educação para esse grupo etário é um direito garantido no Brasil pela constituição de 1988 e pelo Estatuto da Pessoa Idosa. Assim, o poder público deve garantir o acesso de todos os cidadãos, incluindo os maiores de 60 anos de idade, à processos educativos. A educação de pessoas idosas passa pela educação e escolar, seja na Educação de Jovens e Adultos ou em outros cursos como de idiomas, artes ou os do ensino superior, assim como pela educação não escolar como atividades voltadas ao artesanato, danças, rodas de conversas e palestras sobre temas ligadas ao envelhecimento, dentre outros.

O artigo em questão tem como objetivo discutir a educação de pessoas idosas a partir da noção de Educação ao Longo da vida, analisando este conceito e ainda discutindo como essa área vem sendo pensada e organizada.

O texto tem como base dados de uma pesquisa de doutorado realizada sobre a educação de pessoas idosas em um Centro de Referência da Pessoa Idosa de Minas Gerais. Este artigo contou com a pesquisa bibliográfica e análise de documental para a



Isamara Grazielle Martins Coura

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Leôncio José Gomes Soares

Universidade Federal de Minas Gerais

produção dos dados e está organizado em quatro seções, sendo a primeira a introdução, a segunda que traz reflexões teóricas sobre Educação ao Longo da Vida, a terceira seção apresenta uma discussão sobre os espaços e as organizações do campo da educação de pessoas idosas e, por fim, as considerações finais sobre o tema.

A Educação ao longo da vida e a educação de pessoas idosas: um tema em debate

Discutir sobre a educação de pessoas idosas nos remete ao o que Paulo Freire trata como a inconclusão do ser humano. Para Freire “O homem se sabe inacabado e por isso se educa. Não haveria educação se o homem fosse um ser acabado.” (FREIRE, 2008, p. 27). O inacabamento faz parte dos seres humanos. A busca pelo preenchimento dos espaços abertos nos fazem seres curiosos, entendemos que aprendemos o mundo diariamente porque precisamos do aprendizado para nos humanizarmos. (RODRIGUES e TODARO, 2021).

Assim, é possível relacionar a ideia do inacabamento humano com a de Educação ao Longo da Vida e com a educação de pessoas idosas. No entanto, a discussão acerca desse tema precisa ser um pouco mais aprofundada, tendo em vista que o conceito de Educação ao Longo da Vida passou por algumas tensões.

Existem referências à ideia de educação como um processo que ocorre durante toda a vida desde cerca de 500 a. C., tanto na China como na Grécia, tendo como principal foco o ser humano e suas potencialidades. A partir da década de 1960, o conceito de Educação ao Longo da Vida (ELV) ressurge no contexto internacional com o discurso ocorrido no final da II Conferência Internacional de Educação de Adultos (II CONFINTEA), realizada no Canadá, na cidade de Montreal, reafirmando a educação como direito de todos e como um processo contínuo ao longo da vida. (IRELAND, 2019).



Isamara Grazielle Martins Coura

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Leôncio José Gomes Soares

Universidade Federal de Minas Gerais

No ano de 1972, o Relatório Faure “Aprender a Ser” apresentou uma visão mais humanista da educação, focando-a como direito humano. Já em 1996, foi publicado, pela UNESCO, o Relatório Delors “Educação: um tesouro a descobrir” que trazia a aproximação entre Educação ao Longo da Vida e Sociedade educativa, na qual toda ocasião é momento para a aprendizagem e desenvolvimentos de talentos próprios. (IRELAND, 2019). Ainda de acordo com Ireland (2019):

Assim, embora o conceito contemporâneo da educação ao longo da vida tenha surgido principalmente na Europa, as suas raízes foram nutridas em diversos espaços históricos, geográficos e culturais. Outros descritores têm sido cunhados para expressar o mesmo fenômeno com pequenas nuances: educação recorrente, educação básica, educação continuada, educação não formal e educação permanente. Contudo, da mesma forma que insistimos que educação não pode ser reduzida a escolarização nem que o direito à educação possa ser compreendido como o direito de acesso ao sistema escolar, também argumentamos que o direito à educação implica essencialmente o direito a aprender e de aprender ao longo da vida. (IRELAND, 2019, p. 52)

Segundo Moacir Gadotti, em seu texto “Educação Popular e Educação ao Longo da Vida”, do ano de 2016, a Educação ao longo da vida tem sua matriz na Educação Permanente, mas há diferenças entre elas. Gadotti alerta que o conceito de Educação Permanente estaria mais relacionado a uma “visão humanista da educação, voltada para a construção de uma “sociedade democrática”, como se vê nas obras de Paul Lengrand (1970) e no próprio Relatório Edgar Faure (1972)” (GADOTTI, 2016, p. 4), enquanto a Educação ao Longo da Vida teria deixado de ser uma educação voltada para a cidadania e a participação social para ter seu foco nas exigências mercantilistas, direcionando o conceito para a formação e aprendizagens instrumentais. Gadotti (2016, p. 4-5) afirma que:

Quando eu estava escrevendo minha tese de doutorado, nos anos 70, não havia distinção entre “Educação Permanente”, “Educação ao Longo da Vida” e “Aprendizagem ao Longo da Vida”, que traduziam a expressão



Isamara Grazielle Martins Coura

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Leôncio José Gomes Soares

Universidade Federal de Minas Gerais

inglesa “*Lifelong Education*” e *Lifelong Learning*. Essas expressões traduziam as mesmas intenções, os mesmos pressupostos. O que aconteceu nas décadas seguintes foi um completo distanciamento das raízes humanistas iniciais. Conforme mostram os estudos de Licínio Lima (2007; 2010; 2012) e Rui Canário (2003), essa expressão foi se reconceituando ou desvirtuando, a partir do receituário da OCDE e do Banco Mundial, acomodando-se cada vez mais à racionalidade econômica. O princípio universal de que aprendemos ao longo de toda a vida foi substituído por uma “formação profissional ao longo da vida”. Na visão desses autores, o conceito nasceu no contexto do Estado-Providência e acabou sendo reconceituado pelo Estado-Neoliberal.

O mesmo autor aponta que foi realizado um balanço dos modelos teórico-práticos mais atuais sobre “Aprendizagem ao Longo da Vida”, pelo Instituto da UNESCO, no ano de 2015, no qual o autor da pesquisa destaca a existência de dois modelos, denominados como Modelo de Capital Humano e Modelo Humanitário. Esses modelos são considerados por Gadotti (2016) como antagônicos em suas concepções.

O Modelo de Capital Humano compreende a Educação ao Longo da Vida como uma estratégia que tem como foco promover uma aceleração no crescimento econômico e na competitividade. Esse modelo seria defendido pelo Banco Mundial, pela Organização Mundial do Comércio e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). (GADOTTI, 2016).

Já no Modelo Humanitário, o papel da Aprendizagem ao Longo da Vida está ligado ao reforço da democracia e da proteção social, buscando “valorizar a educação cidadã”. Tal modelo, segundo o autor, é o que a sociedade civil vem acatando, tendo a Associação Internacional de Educação de Adultos (ICAE) como sua defensora, o que levou a vinculação da Aprendizagem ao Longo da Vida ao reconhecimento da diversidade cultural, à noção de equidade e justiça econômica. (GADOTTI, 2016). Quanto ao Brasil, Gadotti (2016, p. 6) destaca que:

O Brasil, em seu *Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA)*, apontou a “Educação Popular de matriz freiriana” (BRASIL, 2009:92) como



Isamara Grazielle Martins Coura

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Leôncio José Gomes Soares

Universidade Federal de Minas Gerais

perspectiva da Educação ao Longo da Vida, abrindo espaço para reconceituá-la. Esse espírito não foi mantido no documento final da CONFINTEA VI. O *Marco de Ação de Belém* ignorou a visão da EJA na perspectiva da Educação Popular proposta no documento preparatório do Brasil; abandonou a expressão “Educação ao Longo da Vida” em favor da expressão “Aprendizagem ao Longo da Vida”, definindo-a como “uma filosofia, um marco conceitual e um princípio organizador de todas as formas de educação, baseada em valores inclusivos, emancipatórios, humanistas e democráticos, sendo a abrangente e parte integrante da visão de uma sociedade do conhecimento”. (UNESCO, 2010: 6). Reconhecemos que essa definição de Aprendizagem ao Longo da Vida é um avanço, certamente, uma contribuição da América Latina, mas, isso não vem se traduzindo na prática.

Gadotti (2016) defende que seria importante pensar numa Educação ao Longo da Vida sob o ponto de vista da Educação Popular, considerando que a educação encontrasse vinculada ao cotidiano, ao trabalho, à cultura e que valoriza tanto processos formais quanto não formais. Este modelo de educação deveria estar ligado ao bem viver das pessoas e a compreendê-los como cidadãos, seria um processo educativo ligado à vida dos sujeitos, aos movimentos sociais, sindicais, por exemplo, e não apenas às instituições governamentais como às secretarias de educação. O que reafirmaria a educação como algo essencial para todos os seres humanos, durante toda sua vida. (GADOTTI, 2016).

Haddad (2009) diferencia o conceito de Educação ao Longo da Vida de Educação Popular. Para o autor, no caso da Educação ao Longo da Vida “o conceito, nascido muito mais com identidade no primeiro mundo, acabou por servir para nominar práticas educativas que permitam uma melhor adaptação da sociedade em processos de inovação e mudanças sociais.” (HADDAD, 2009, p. 5). Para ele, o conceito de Educação Popular está relacionado a um ideário de conflito e emancipação, distanciando-se da noção de adaptabilidade.

Para Gil (2013, p. 1264) “quando se trata de adultos mais idosos, esta aprendizagem ao longo da vida deve estar equacionada não somente para o mercado de trabalho, mas mais numa dimensão que se relacione com o exercício pleno da cidadania, através do seu envolvimento ativo e responsável.”. A Comissão das Comunidades



Isamara Grazielle Martins Coura

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Leôncio José Gomes Soares

Universidade Federal de Minas Gerais

Europeias, durante a II Assembléia Mundial sobre o envelhecimento, que ocorreu em Madri, no ano de 2002, vem propondo iniciativas diversas ligadas ao “envelhecimento ativo”. A própria OMS vem defendendo que é fundamental assegurar formas de se promover o direito e a liberdade das pessoas idosas no decorrer do seu processo de envelhecimento de forma que possam ter assegurados seus direitos referentes à segurança e à saúde, e que continuem atuando ativamente no âmbito social, político, econômico e cultural. (GIL, 2013)

A Comissão das Comunidades Europeia, no ano de 2000, ratificou em Lisboa o *Memorandum* sobre a educação e formação ao longo da vida que define que: “A aprendizagem ao longo da vida deixou de ser apenas uma componente da educação e da formação, devendo tornar-se o princípio orientador da oferta e da participação num contínuo de aprendizagem, independentemente do contexto.”. O texto desse documento defende que a Aprendizagem ao Longo da Vida deve ser pensada como a garantia de todas as pessoas ao acesso às atividades educativas e formativas em diferentes contextos e espaços de aprendizagens pela vida, seja em contextos formais, não formais ou informais (ALHEIT e DAUSIEN, 2006).

Essa nova compreensão do conceito de educação está relacionada a associação de distintas formas de aprendizagem, a qual não deve ser apenas ampliada para toda a existência da pessoa, mas deve sim, ser direcionada para todos os domínios da vida dos sujeitos envolvidos durante sua vida. Assim, as diferentes formas de aprender se complementarizam (ALHEIT e DAUSIEN, 2006).

A partir da defesa da premissa da aprendizagem ao longo da vida, a Educação de Jovens e Adultos passa a ocupar o lugar de “protagonista de um campo educacional complexo e altamente ligado ao desenvolvimento das sociedades.” (CUNHA JÚNIOR e ARAÚJO, 2013, p. 122). Não se trata de garantir de forma pontual a educação escolar para aqueles que não tiveram acesso a ela até então, mas de passar a compreender a aprendizagem como algo a ser valorizada e ressignificada por quaisquer que sejam os



Isamara Grazielle Martins Coura

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Leôncio José Gomes Soares

Universidade Federal de Minas Gerais

percursos sociais nos quais os seres humanos sejam reconhecidos como sujeitos de direitos (CUNHA JÚNIOR; ARAÚJO, 2013).

A Educação ao Longo da Vida apresenta, em especial na América Latina, um caráter democrático e participativo, isto porque “implica o acesso de todas as pessoas a processos educativos ao longo da vida/em qualquer momento da vida possuindo implicações políticas fortes com a mudança. Fortalece a noção do direito à educação e educação como direito” (IRELAND, 2019, p. 51).

A Educação ao Longo da Vida se associa à Longevidade e, assim sendo, tem-se que se analisar qual tipo de educação deve ser ofertada para as pessoas idosas. O ponto central desta educação, nesse caso, deve se pautar no que esses sujeitos estão procurando, ou seja, quais são seus interesses e suas necessidades. Deve-se ter uma educação participativa, construtiva, colaborativa, que seja gratificante, qualificadora e que se organize em torno das experiências pessoais dos educandos (PINTO, 2008).

No entanto, apesar de podermos relacionar à educação de pessoas idosas ao conceito de Educação ao Longo da Vida, conceito esse muito ligado à EJA, o campo de conhecimento ligado a essa temática ainda não está muito claro. Há estudos relacionados na área de educação, em especial na EJA, mas há também estudos ligados na psicologia, na medicina, na terapia ocupacional, na educação física, na sociologia, por exemplo. Além dessas áreas específicas, há ainda a Gerontologia que vem conjugando algumas dessas ciências para discutir o envelhecimento humano. Faz se necessário, portanto, ampliar o debate sobre o lugar da educação de idosos enquanto campo do conhecimento.

Qual é o lugar da educação de pessoas idosas enquanto campo de conhecimento?



Isamara Grazielle Martins Coura

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Leôncio José Gomes Soares

Universidade Federal de Minas Gerais

Os processos educativos têm sido considerados muito importantes para que os idosos consigam manter preservadas suas funções psicológicas, motoras e físicas, ou para que essas funções sejam estimuladas a ter melhores resultados diante de alguma limitação. Além disso, os próprios idosos vêm buscando alternativas educacionais para ocuparem seu tempo com algo prazeroso nesta fase da vida.

Os espaços de educação destinados às pessoas idosas estão crescendo cada vez mais. Há cursos preparatórios para aposentadorias, escolas formais nas quais se encontram idosos, universidades abertas da terceira idade e outros espaços que destinam cursos diversos a esse segmento social. Essas ações contribuem para um envelhecimento ativo, feliz e mais criativo, o que se opõe a visão antiga de que envelhecer significava adoecimento e declínio das capacidades física e mentais. (RANGEL; HERNANDEZ; FERES, 2005, tradução nossa).

O Serviço Social do Comércio (SESC) foi pioneiro na educação de pessoas idosas no Brasil. O SESC fundou, na década de 1960, os primeiros *Grupos de Convivência* e, na década de 1970, as *primeiras Escolas Abertas para a Terceira Idade*, as quais disponibilizavam informações acerca do envelhecimento, sobre preparação para a aposentadoria, atividades físicas, de lazer, cultura e de expressão. As atividades oferecidas por essa instituição encontravam-se na perspectiva da educação permanente, visando desenvolver as potencialidades das pessoas acima dos 60 anos, além de estimular novos projetos de vida e uma maior participação social desses sujeitos. (CACHIONI *et al.*, 2015).

Os benefícios associados às práticas educativas podem ir desde uma melhoria nas condições motoras e da memória até mesmo à promoção de outras melhorias relacionadas à saúde, por meio de novas informações sobre a necessidade de cuidados nessa fase da vida. Além disso, podem contribuir também para melhorias em relação à sociabilidade e na promoção da autoestima, uma vez que essas pessoas podem sentir-se mais ativas e capazes, gerando como resultado uma velhice bem-sucedida.



Isamara Grazielle Martins Coura

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Leôncio José Gomes Soares

Universidade Federal de Minas Gerais

No entanto, apesar da existência das atividades destinadas aos idosos, as quais poderiam contribuir para uma velhice mais saudável e feliz, estas não estão ao alcance de todos os que se encontram nessa faixa etária no Brasil. A falta de acesso a tais atividades pode estar relacionada às discrepâncias vinculadas às questões econômicas e raciais, à condição de saúde física e mental e à região onde se vive. Questões essas que são agravadas pela falta de políticas públicas mais efetivas.

Em relação à educação formal, percebe-se que a maior parte dos idosos estudantes está presente em turmas de Educação de Jovens e Adultos. Isso pode ser explicado pelo fato dessa população, em sua maioria, não ter tido acesso aos estudos na chamada “idade própria” e, portanto, não terem concluído a educação básica. Além disso, para os idosos que desejam estudar, a EJA é muitas vezes o único espaço gratuito e que existe próximo à sua residência.

As leis brasileiras, a exemplo da LDB (Lei 9.394/96), apresentam apenas a Educação de Jovens e Adultos como a modalidade educacional destinada àqueles considerados como “fora da idade escolar”. Isto na verdade, deixa de retratar toda a diversidade que se constitui na categoria “adulto”. ALDB, por exemplo, desconsidera as diferenças existentes entre uma pessoa com 30 anos e outra de 50, e nem ao menos menciona a categoria de pessoas idosas. Não considerar as especificidades das pessoas acima dos 60 anos prejudica a destacar a necessidade de metodologias mais direcionadas à esse perfil etário no processo de ensino e aprendizagem. Tal fato se assemelha ao reducionismo que cairíamos em considerar uma criança como um adulto em miniatura (PERES, 2011).

Ao tratar da questão da educação escolar, o Boletim PAD-MG 2011 aponta que um sistema de ensino deficitário nas décadas passadas e, ainda, pouco acessível levou a um grande percentual de analfabetismo em Minas Gerais, alcançando o patamar de 29,9% de pessoas idosas analfabetas. Em relação às disparidades regionais, denota-se



Isamara Grazielle Martins Coura

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Leôncio José Gomes Soares

Universidade Federal de Minas Gerais

que, enquanto na Região Metropolitana de Belo Horizonte 20,5% das pessoas idosas não são alfabetizadas, na região do Jequitinhonha/Mucuri, esse percentual chega a 56,6%.

As chamadas Universidades Abertas da Terceira Idade (UNATI) estão, em sua grande maioria, localizadas nos grandes centros urbanos, são em alguns casos pagas e, mesmo no caso da existência de cursos gratuitos, as informações sobre como acessá-las ainda não são de fácil alcance para muitas pessoas idosas.

No que diz respeito às atividades não formais, elas podem ser encontradas em grupos de convivência, Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), organizações não governamentais (ONGs), espaços próprios para aulas para a terceira idade e também nas Instituições de Longa Permanência do Idoso (ILPI). Nesses casos, os acessos dos idosos também variam conforme a questão econômica, às condições de saúde e à localidade.

Há espaços e atividades destinadas aos idosos com alto poder aquisitivo e espaços públicos que atendem, em grande parte, pessoas das camadas populares. Há também distinção de oferta de atividades quando se pensa em regiões mais centrais ou mais periféricas, nas capitais, regiões metropolitanas e regiões mais interioranas. Percebe-se que as políticas públicas nesse sentido ainda são muito incipientes.

Ainda que o Estatuto da Pessoa Idosa preveja o aumento de oferta de práticas educativas para pessoas com mais de 60 anos, isso ainda está muito distante da grande maioria da população que compreende essa faixa etária no país. Sobre isso, Scoralick-Lempke e Barbosa (2012, p. 653) afirmam:

A escassez de atividades educacionais para idosos contrasta com o que é previsto no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, Brasil, 2003). Ele dispõe três artigos específicos sobre a educação: o Artigo 20 elucida que o idoso tem direito à educação, respeitando sua peculiar condição de saúde; o Artigo 21 estabelece que “o poder público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados”; por fim, o Artigo 25 determina que “o poder público apoiará a criação de



Isamara Grazielle Martins Coura

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Leôncio José Gomes Soares

Universidade Federal de Minas Gerais

universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual”. Embora estejam previstas oportunidades educacionais informais que consideram as necessidades e peculiaridades dessa fase da vida, são poucas as propostas educacionais oferecidas no Brasil que vão além da educação de jovens e adultos e/ou das universidades abertas para a terceira idade.

A pesquisa de Coura (2007) teve como objetivo principal investigar quais eram as expectativas e motivações que levavam pessoas com mais de 60 anos a voltar a estudar, já sendo essas pessoas alfabetizadas. Trata-se de uma pesquisa que investigou a busca de uma educação formal por esse grupo de pessoas nessa fase da vida, ou seja, em um momento em que, na maioria dos casos, o desejo pela escolarização não está vinculado à procura por um lugar no mercado de trabalho.

Como resultado da pesquisa acima mencionada, percebeu-se que, inicialmente, a busca pela escolarização nessa fase da vida se dava pelo desejo de ter frequentado uma escola ou de ter um certificado de conclusão dos estudos, o que não tinha sido possível até aquele momento, devido a questões como ter que ajudar no sustento da família desde muito jovem, ter que cuidar da casa e dos familiares, no caso de algumas mulheres, ou mesmo pela falta de escola para dar continuidade aos estudos. O que os motivava era, inicialmente, o sonho de passar por um processo formal de educação. Mas ali estando, a escola lhes propiciava uma vida nova. Uma vida mais ativa, mais alegre, com novos amigos, os fazia sentir mais capazes e com uma autoimagem positiva.

Além desses aspectos, os entrevistados mostraram que voltar para a escola tinha melhorado sua memória e sua relação com a família. Além disso, a escola os tinha possibilitado ampliar seus horizontes e ter novos sonhos, inclusive de fazer um curso superior. A realização dessa pesquisa de mestrado tratou de analisar processos formais de educação escolar na EJA com pessoas idosas. Já, no doutorado, decidiu-se por ampliar essa discussão para processos educativos não escolares e suas contribuições para



Isamara Grazielle Martins Coura

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Leôncio José Gomes Soares

Universidade Federal de Minas Gerais

melhorias na qualidade de vida dos idosos, tendo estudado as contribuições das aulas de teatro e voz e violão para a melhoria da qualidade de vida desses sujeitos.

Ter estudado inicialmente a educação escolar, e no segundo momento, a educação não escolar, fez com que se pensasse a respeito de qual é o lugar que a educação de idosos ocupa no campo acadêmico. Há ainda uma indefinição sobre o local destinado à discussão da educação de pessoas idosas.

A gerontologia é o campo destinado à discussão acerca do envelhecimento e, em alguns casos, a educação de idosos encontra-se nesse espaço do conhecimento. No entanto, em outros, principalmente quando se discute a escolarização, é na Educação de Jovens e Adultos que se encontram trabalhos com essa temática.

O aumento da população idosa leva à constatação de que suas necessidades não se limitam às questões ligadas à saúde e serviços sociais. Esses sujeitos estão em busca de participação social, de cultura, de novas aprendizagens, o que faz com que a educação precise ser valorizada como uma parte importante do saber da Gerontologia (CACHIONI, 2003).

A gerontologia se constitui a partir de diferentes áreas do conhecimento, mas em alguns casos, os profissionais da educação, ainda não têm aparecido de forma mais efetiva. Trata-se de um campo de saber específico, que contempla diversas dimensões científicas como algumas especialidades médicas, a psicologia e áreas das ciências sociais relacionadas ao bem-estar no processo de envelhecimento e engloba também alguns assuntos econômicos, voltados para os custos com o envelhecer da população nacional (DEBERT,1999).

As tensões estão presentes também na constituição da gerontologia. De acordo com Prado e Sayd (2006, p. 493), no cenário internacional, a gerontologia abriga em seu interior a “Geriatrics, voltada para a prevenção e o tratamento das doenças na velhice, e a gerontologia social, constituída de diversas áreas como psicologia, serviço social, direito, entre outras”, sendo representada pela Associação Internacional de gerontologia. Já no



Isamara Grazielle Martins Coura

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Leôncio José Gomes Soares

Universidade Federal de Minas Gerais

caso do Brasil, as autoras apontam que a Sociedade Brasileira de Geriatria, fundada no ano de 1961, passou, no ano de 1968, a se denominar Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), que mesmo admitindo profissionais de outras áreas ligadas ao envelhecimento como membros associados, reservam o cargo de presidente apenas para médicos (PRADO e SAYD, 2006).

Há ainda que destacar que uma boa parcela da produção científica relacionada ao tema do envelhecimento no Brasil não pode ser classificada como pertencente à área da gerontologia, uma vez que seus estudos estão situados em outros campos do conhecimento tanto em relação aos conceitos quanto aos métodos utilizados. Nem mesmo seus autores poderiam ser classificados como gerontólogos ou geriatras (PRADO e SAYD, 2006).

Essas indefinições sobre o campo de estudo voltado para a educação de idosos também estão presentes dentro da Universidade Federal de Minas Gerais. As práticas educativas voltadas para as pessoas acima dos 60 anos de idade encontram-se dispersas em algumas de suas unidades. O Núcleo de Geriatria e Gerontologia (NUGG) foi criado no ano de 1999, segundo Moraes e Marinho (2010), “com o objetivo de integrar todas as unidades e professores da UFMG que atuam na área de envelhecimento. As ações do NUGG distribuem-se pelo ensino de graduação e de pós-graduação”.

O NUGG/UFMG tem como objetivo promover ações nos níveis de atenção à saúde por meio de atividades multidisciplinares, buscando desenvolver uma integração nos projetos de extensão, busca também desenvolver a produção de ciência, aumentar as informações sobre o tema de forma interdisciplinar, capacitar profissionais por meio de programas de pós-graduação e busca ainda integrar a UFMG a outras intuições ligadas à área do envelhecimento (TIRADO, 1999).

O texto que trata da história do NUGG/UFMG¹ apresenta, como parte de seus recursos humanos, pessoas oriundas das áreas de Medicina, Terapia Ocupacional,

¹ A História do NUGG está disponível na página:< <https://ivcf20.org/nugg>>. Acessada em 17/08/2021.



Isamara Grazielle Martins Coura

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Leôncio José Gomes Soares

Universidade Federal de Minas Gerais

Nutrição, Farmácia, Fonoaudiologia, Musicoterapia, Enfermagem e Fisioterapia, o que demonstra uma atuação voltada para as questões ligadas à saúde dos idosos. Pereira *et al.* (2004) apresentam as ações do NUGG/UFMG divididas entre ensino e extensão, realizadas pela Faculdade de Medicina, Faculdade de Enfermagem e pela Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO). Em relação ao ensino, são ministradas disciplinas relacionadas ao envelhecimento como, por exemplo, a disciplina “Tópicos em Geriatria: Seminários em Geriatria + Projeto Lar dos Idosos” na graduação do curso de Medicina, a disciplina “Conteúdos de Gerontologia na atenção do adulto” na Enfermagem, “Fisioterapia aplicada à Geriatria” na fisioterapia e “Conteúdos de Geriatria” na Terapia Ocupacional.

Ainda em relação ao ensino, são ações do NUGG/UFMG, os cursos de Pós-graduação *lato-sensu* como Especialização em Fisioterapia: área de ênfase em Geriatria e Gerontologia; Especialização em Saúde da Família: Módulos em atenção ao idoso e Curso de treinamento profissional em Geriatria e Gerontologia. Além desses, há ainda Pós-Graduação *stricto-sensu* em Clínica Médica, em Medicina Tropical, Mestrado em Ciências da Reabilitação: Desempenho Motor e Funcional, além de Mestrado em Ciências da Reabilitação: Desempenho Motor e Funcional (Pereira *et al.*,2004).

Quanto às atividades de extensão do NUGG/UFMG, apresentam o Programa de Melhoria da Qualidade de Vida dos Idosos Institucionalizados, que conta com atividades educativas com idosos em ILPIs, assistência em fisioterapia para os idosos da Casa do Ancião e da Cidade Ozanan, assistência multidisciplinar aos idosos da Casa do Ancião e o Projeto Lar dos Idosos. Apresentam ainda o Programa Promovendo a Autonomia e Independência de Idoso da Comunidade, que conta com os projetos Vale a Pena Viver, Educação Física para a Terceira Idade, Convivendo bem com a doença de Parkinson e Projeto Maioridade - Universidade Aberta para Terceira Idade (PEREIRA *et al.*,2004).

Além das ações NUGG/UFMG, há também outras ações educativas que se destinam à educação de idosos, como o Programa de Educação Básica de Educação de



Isamara Grazielle Martins Coura

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Leôncio José Gomes Soares

Universidade Federal de Minas Gerais

Jovens e Adultos da UFMG, que é um projeto de extensão da universidade, visando garantir o acesso a quem não teve condições de estudar ou concluir a educação básica quando eram crianças ou adolescentes. No caso desse Programa, a seleção prioriza pessoas com mais idade ou que estejam há mais tempo sem frequentar a escola, conforme divulgação no *site*² da própria UFMG sobre as vagas ofertadas para os cursos.

O Programa de Educação Básica de Educação de Jovens e Adultos conta com o Projeto de Ensino Fundamental de Jovens e Adultos - 1º segmento (PROEF-1), o qual se destina a turmas de alfabetização e consolidação de práticas de leitura, escrita e numeramento de jovens, adultos e idosos e é coordenado pelo Centro de alfabetização, leitura e escrita da Faculdade de Educação da UFMG; com o Projeto de Ensino Fundamental de Jovens e Adultos - 2º segmento (PROEF-2), voltado para a escolarização das séries finais do ensino fundamental, e com o Projeto de Ensino Médio de Jovens e Adultos (PROEMJA). Esses dois últimos projetos funcionam no Centro Pedagógico da UFMG.

Apesar de o Programa de Educação Básica de Educação de Jovens e Adultos não ser uma ação exclusivamente destinada às pessoas com 60 anos ou mais, faz parte das características dos projetos que o constitui ter um número significativo de pessoas idosas frequentando as aulas. Tal fato reforça que a Educação de Jovens e Adultos é também o campo de conhecimento destinado a se pensar sobre a educação desse grupo geracional, o que, com o passar do tempo e o avanço de pesquisas e discussões sobre o tema, torna possível uma maior aproximação entre o NUGG/UFMG e a Faculdade de Educação da universidade para construir propostas conjuntas para o atendimento das necessidades educativas dessa parcela da população.

Doll (2017), ao falar da aproximação entre gerontologia e educação, aponta que dois eventos ocorridos na década de 1970 marcam o início desse processo, sendo que o

² Informações retiradas da página: < <https://ufmg.br/comunicacao/eventos/eja-2020-recebe-inscricoes-ate-21-02-no-centro-pedagogico>>. Acessada em: 16/08/2022.



Isamara Grazielle Martins Coura

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Leôncio José Gomes Soares

Universidade Federal de Minas Gerais

primeiro foi a criação da primeira Universidade da Terceira Idade, datada de 23 de fevereiro de 1973, pelo Conselho da Universidade de Ciências Sociais de Toulouse, e o segundo, no ano de 1976, foi o lançamento nos Estados Unidos da revista científica *Educational Gerontology* (Gerontologia Educacional). Já em relação ao Brasil, o autor ressalta que “esta aproximação ainda está a caminho; a maioria das faculdades de Educação ainda não percebeu a importância da temática do envelhecimento para sua própria área” (DOLL, 2017, p. 3558).

As formas de organização das ações referentes à educação de idosos apresentam diferenciações em diversos países. É o que apontam Rangel, Hernandez e Ferez (2005, p. 97) ao tratar da educação de idosos em países como Bélgica, Suíça e Estados Unidos:

En Bélgica, al igual que en Suiza se ven estas experiencias marcadas por su carácter federal. Así pues se pueden encontrar universidades de mayores en las prestigiosas Lovaina, Bruselas, Namur, Charleroi, etc., donde se ha llegado a un intercambio excelente entre el ámbito científico y las personas mayores. En ciudades como Cambridge, Lancaster o Londres aparecen pioneras en Gran Bretaña, experiencias con el trabajo de mayores a mano de los Departamentos de Educación de Adultos.

En Estados Unidos de Norteamérica, no existe una institución centro que regule dichas experiencias, y parecen seguir los modelos de la educación de adultos. Las instalaciones universitarias utilizadas por los mayores en épocas de vacaciones son experiencias que cada vez se imponen más. En cuanto a otras experiencias llamativas de dicho país cabe destacar el Ethel Percy Andrus Gerontology Center en California o el National Council on Aging, de Washington que favorece iniciativas a nivel nacional.

No Brasil, percebe-se um crescimento de oferta de cursos diversificados para pessoas acima dos 60 anos, mas a indefinição do lugar da educação de idosos leva à criação de iniciativas que não possuem uma diretriz nacional pré-definida. O que se percebe é que a discussão sistemática, em nível nacional, sobre a educação de pessoas idosas ainda é incipiente. O Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014, trata dos idosos apenas na sua meta 9, a qual pretende elevar a taxa de alfabetização da população com



Isamara Grazielle Martins Coura

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Leôncio José Gomes Soares

Universidade Federal de Minas Gerais

15 anos ou mais. Na estratégia 9.12, destaca como as políticas públicas de EJA devem considerar suas ações com os idosos. O documento aponta que se deve:

9.12). considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas (BRASIL, 2014).

Ainda que faça parte do Plano Nacional de Educação, o fato da discussão da educação de idosos estar na meta que trata sobre alfabetização faz com que as ações educativas voltadas para pessoas com 60 anos ou mais, que tenham outros focos, não estejam contempladas.

Diante disso, o que se vê é que cada instituição vai elaborando seus cursos de acordo com sua organização interna, dentro das possibilidades e recursos, sejam eles humanos ou materiais, que têm para realizar a oferta, buscando contemplar as necessidades desse público sem que haja uma orientação nacional.

Considerações finais

O aumento da expectativa de vida da população vem fazendo crescer a procura desses sujeitos por cursos variados, sejam eles escolares, não escolares, formais ou não formais, que lhes tragam benefícios para viver essa fase da vida com mais qualidade. A educação de pessoas idosas é entendida como um direito e deve ser ofertada enquanto



Isamara Grazielle Martins Coura

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Leôncio José Gomes Soares

Universidade Federal de Minas Gerais

um processo que se dedique às aprendizagens com diferentes focos e que abarque as diversas dimensões da vida humana, de acordo com a concepção de Educação ao Longo da Vida defendida por Gaddoti (2016).

A compreensão desse direito se dá pela garantia da Constituição Federal, assim como do Estatuto do Idoso, mas exige da sociedade a necessidade de se planejar e ofertar essa Educação ao Longo da Vida, pensando num processo de envelhecimento mais inclusivo, autônomo, ativo e saudável.

Como resultados, percebeu-se que a discussão sobre o lugar da educação de idosos, em especial no Brasil, é um tema complexo, por ter ofertas em diversos espaços e as produções científicas dialogarem com diferentes áreas do conhecimento. Há a necessidade de se estabelecer cada vez mais conexões entre as diversas áreas de estudo que abordam essa temática. Em especial, deve-se buscar estreitar os laços entre as áreas da educação e da gerontologia. Neste caso, há que se destacar que as universidades têm um papel fundamental para que isso ocorra.

Conclui-se ainda que é importante que novas pesquisas sejam realizadas sobre o campo de estudo da educação de idosos e sobre as formas como essas atividades vêm acontecendo. Estudos sobre esse tema podem incentivar a oferta de mais opções de práticas educativas que promovam a possibilidade de novos aprendizados, mais autonomia, mais saúde física e mental, ampliação dos espaços de atuações e fazer com que as pessoas idosas se sintam cada vez mais vivas socialmente. Compreender melhor sobre a educação de idosos leva a uma oferta mais qualificada tanto das ações educativas, quanto das formações de educadores para atuarem com esse segmento etário.



Isamara Grazielle Martins Coura

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Leôncio José Gomes Soares

Universidade Federal de Minas Gerais

REFERÊNCIAS

ALHEIT, Peter; DAUSIEN, Betina. Processo de formação e aprendizagens ao longo da vida, **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.32, n.1, p. 177-197, jan./abr. 2006.

Boletim PAD-MG, ano 1, n. 1, maio 2011. **Boletim da Pesquisa por Amostra de Domicílios: mercado de trabalho e gênero**. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. 2011. Disponível em: <<http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/6-Boletim-PAD-MG-2011-Mercado-de-trabalho-e-g%C3%AAnero.pdf>>. Acesso em 16/11/2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 29/10/2022

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 12/11/2022.

Brasil. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm. Acessado em 20/12/2022

CACHIONI, Meire *et al.* Metodologias e estratégias pedagógicas utilizadas por educadores de uma universidade aberta à terceira idade. Porto Alegre: Seção Temática: Educação e Envelhecimento. Educação e Realidade. V.40, nº.1. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/rnkWvrrHNGM5j6sMc3sHLzm/abstract/?format=html&lang=pt>> Acesso em 09/11/2022.

COURA, Isamara G. M. **A terceira idade na Educação de Jovens e Adultos: expectativas e motivações**. 2007. Dissertação (Pós-graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/HJPB-7DSQ36> Acesso em 12/12/2022.

CUNHA JÚNIOR, Adenilson S.; ARAUJO, Maria I. O. O lugar da aprendizagem ao longo da vida nas políticas públicas para a educação de pessoas jovens e adultas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**. V.1 nº2. 2013.



Isamara Grazielle Martins Coura

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Leôncio José Gomes Soares

Universidade Federal de Minas Gerais

DEBERT, Guita G.. Velhice e o curso da vida pós-moderno. **Revista USP**, São Paulo, n.42, p. 70-83, junho/agosto, 1999. p.111-222.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. 31. ed.
 GADOTTI, Moacir. Educação Popular e Educação Ao Longo da Vida. In: NACIF, G. S. et. al. (Orgs). **Coletânea de textos CONFINTEA Brasil+6: tema central e oficinas temáticas**. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. 2016. p.50-69.

GIL, Henrique Manuel Pires Teixeira. "**A educação e a aprendizagem ao longo da vida pelos adultos idosos através das TIC: Reflexões e propostas de implementação**". Trabalho apresentado em I colóquio internacional de ciências sociais da educação / III encontro de sociologia da educação, 2013. Disponível em:
<https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/3100/1/A%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20a%20aprendizagem%20ao%20longo%20da%20vida.pdf> Acesso em 03/11/2022

HADDAD, Sérgio. Apresentação. **Revista e-curriculum**. São Paulo. v.5, n1. Dez. 2009. Disponível em: Revista e-curriculum, São Paulo v.5 n.1 Dez 2009. Disponível em:
 <<http://www.pucsp.br/ecurriculum>> Acesso em: 06/12/2022.

IRELAND. T. D. Educação ao Longo da Vida: Aprendendo a Viver Melhor. **Sisyphus — Journal of Education**, v. 7, nº. 2, p. 48-64, Universidade de Lisboa. 2019. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/journal/5757/575763749004/html/>. Acesso em: 10/07/2022.

PEREIRA *et al.*. Programa de Melhoria da Qualidade de Vida dos Idosos Institucionalizados. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Belo Horizonte. 2004. Disponível em:
 em:<<https://www.ufmg.br/congrext/Saude/Saude143.pdf>>. Acesso em 13/12/2022.

PERES, Marcos A. de C. Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste. **Revista Sociedade e Estado**. v. 26. nº3. 2011. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/se/a/FzpMmtCqpRNfzPFxbKHfd9D/?lang=pt> Acesso em: 12/12/2022.

PINTO, Maria das G. L. C. **Da aprendizagem ao longo da vida ou do exemplo de uma relação ternária: agora, antes, depois**. Tipografia Nunes Lda – Maia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Cadernos de Apoio Pedagógico da FLUP. Porto. 2008.



Isamara Grazielle Martins Coura

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Leôncio José Gomes Soares

Universidade Federal de Minas Gerais

Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8208.pdf>>. Acesso em: 12/08/2021.

PRADO, Shirley D.; SAYD, Jane D. A gerontologia como campo do conhecimento científico: conceito, interesses e projeto político. *Ciência & Saúde Coletiva*. v.11, nº2, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/tvJSTH8jLPfnT5YhMMKsH7R/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 18/12/2022.

RANGEL, Ana L. G.; HEMANDEZ, Rosa I. E.; FERES, Juana J. Impacto de un aula para personas mayores sobre la calidad de vida. Una experiencia intergeneracional. *Avances de un proyecto . Revista Interamericana de Educación de Adultos*, v.27, n. 1. 2005. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4575/457545085003.pdf>> Acesso em: 13/10/2022.

SCORALICK-LEMPKE, N. N; BARBOSA, A. J. G. Educação e envelhecimento: contribuições da perspectiva Life-Span. In: **Educação e conhecimento- Estudos de psicologia**. Campinas, SP: Out-Dez, 2012. p.647-655.

TIRADO; Marcella G A. A UFMG e a atenção ao idoso. *BOLETIM – Informativo Oficial da Universidade Federal de Minas Gerais*. Nº1237, ano 25. 1999.

RODRIGUES, Carla C.; TODARO, Mônica A. Idosos, velhice e envelhecimento: a educação humaniza(?). In: CASTRO, Luiz A. C. (Org.). **Dinamismo e clareza no planejamento em ciências da saúde**. Ponta Grossa- PR: Atena. 2021. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/49141>>. Acesso em: 12/10/2022

Recebido em 23 de dezembro de 2022

Aprovado em 24 de dezembro de 2022